WWW.CEDEFES.ORG.BR

Boletim Cedefes

Na luta com os Povos Indígenas, Trabalhadores (as) do campo e Quilombolas

Cedefes

Boletim Institucional Trimestral – Ano 1 – Número 1 – Outubro 2016

AXÉ ao 1º Boletim Cedefes!

Entidades Parceiras ajudam a potencializar as principais ferramentas de informação e comunicação do Cedefes. Este é o primeiro número do Boletim Cedefes – um informativo institucional que só foi concretizado pela parceria junto ao Fundo Estadual de Cultura (FEC) do estado de Minas Gerais. **Pag. 2**

Irmãs Sacramentinas renovam contrato de comodato da nossa sede **Pag.3**

Nova Diretoria na N'Golo para gestão de 2016 - 2019 **Pag.4**

PGTA da Terra Indígena Kaxixó **Pag.6**

Viva!!! 1º Boletim Cedefes

Companheiros e Companheiras estamos em festa! Finalmente o Boletim Cedefes saiu do forno e, a partir de agora, a cada três meses teremos um informativo institucional novinho, trazendo todas as notícias sobre as ações do Cedefes junto aos povos indígenas, quilombolas e trabalhadores do campo em Minas Gerais.

Esta publicação é muito importante para a entidade, sócios, parceiros financiadores e para o público alvo e usuário, uma vez que permite a todos o acompanhamento integral das atividades executadas pela instituição bem como o seu impacto.

Esta conquista só foi possível devido ao apoio do Fundo Estadual de Cultura (FEC) de Minas Gerais, através de um projeto elaborado e enviado em 2015, aprovado através do Protocolo: 0139/01/2015/FEC e com execução entre 02/2016 a 02/2017.

O objetivo do projeto acima é, também, potencializar os canais de comunicação do CEDEFES. Para tanto, uma das propostas foi repaginar a saudosa Agenda Popular - um antigo clipping de notícias elaborado pelo Cedefes, com notícias relevantes sobre os povos indígenas, quilombolas e trabalhadores do campo e que foi editada por vários anos, contudo, por motivos variados, principalmente o alto custo de produção, teve sua continuidade inviabilizada.

Nesse sentido, a idéia proposta era reeditar o boletim Agenda Popular num novo formato (formato online) e com novo conteúdo, dando origem a Agenda Popular *Online*.

Após algumas reuniões, chegamos à conclusão que o ideal seria um boletim institucional, já que o site do CEDEFES já contempla a proposta de um clipping de notícias.

Assim, nasceu o Boletim Cedefes que é um informativo institucional e tem por objetivo resolver um grande problema: a inexistência de um veículo de informação e comunicação que sistematize as ações institucionais do CEDEFES.

Este é o primeiro número do boletim, é um piloto aberto a sugestões de melhorias e mudanças. Caso tenha alguma sugestão, então entre em contato conosco.

Após inauguração do novo site, as notícias do Boletim Cedefes passarão a ser parciais e com link para acesso integral aos textos.

Agradecemos mais uma vez ao Fundo Estadual de Cultura, pelo apoio ao Boletim Cedefes.

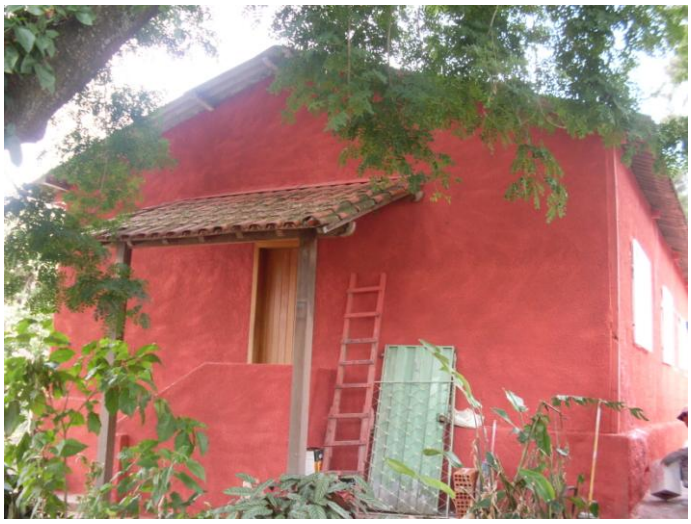
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

SECRETARIA DE CULTURA

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Irmãs Sacramentinas renovam contrato de comodato da nossa sede

Estamos cheios de notícias boas e a mais linda de todas é a renovação da solidariedade das Irmãs Sacramentinas junto ao Cedefes, através da renovação do comodato do espaço que hoje é a nossa sede atual.
O comodato para uso do imóvel situado na Rua Demétrio Ribeiro, 195, Bairro Vera Cruz/ BH foi renovado pelas Irmãs por mais quatro anos (out/2016 a set/2020), de modo que até 2020 este lugar aconchegante continua sendo a nossa 'casa'.
É um espaço de grande importância que dá subsídio a todas as ações do Cedefes juntos aos povos indígenas, quilombolas e do campo.
Temos cuidado com grande carinho desse espaço e todos são sempre muito bem vindos nele.
Nossa gratidão às Irmãs Sacramentinas!.



Potencializando Comunidades Quilombolas da Região do Alto Rio Doce

Foto: Comunidade São Domingos Cabeceira, em Sabinópolis. Início dos trabalhos para aplicação do diagnóstico participativo na comunidade.

O Cedefes em parceria com 10 Comunidades Quilombolas da Região do Alto Rio Doce após diagnóstico participativo, identificou os principais projetos que estas comunidades desejam desenvolver. Estes projetos serão escritos e entregue às respectivas comunidades quilombolas até novembro de 2016, com o objetivo de facilitar negociações com futuros parceiros.
As comunidades participantes são:

Municípios	Comunidades Quilombolas
Antônio Dias	Indaiá
Braúnas	Ivo
Cantagalo	São Félix
Materlândia	Córrego dos Botelhos
	Contendas
Sabinópolis	Santa Bárbara
	São Roque
	Barra de Santo Antônio
	São Domingos Cabeceira
Senhora do Porto	Moinho Velho

Foto: Caminhada para identificação de Potenciais produtivos em Indaiá/Antônio Dias

Este projeto se intitula "Levantamento das Cadeias produtivas em Comunidades Quilombolas do Alto Rio Doce – Projeto de Planejamento". Foi negociado em 2014 e sua execução iniciou em 2015 com previsão de término em novembro de 2016.

Nota sobre o Projeto Quilombos Gerais IV

O Projeto "Reivindicação e aplicação dos direitos civis, sociais, econômicos, culturais e territoriais das comunidades de quilombos do Estado de Minais Gerais", tratado por nós por Quilombos Gerais IV é financiado pela Misereor e a sua execução iniciou-se em 2014 e tem término previsto para novembro próximo. Durante o período relatado, foram realizados em três módulos: a capacitação em gestão, captação de recursos e elaboração de projetos para diretores da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N´Golo) e lideranças quilombolas.

O projeto também apoiou a realização de dois encontros regionais, que culminou na criação das Comissões Regionais Quilombolas. A Comissão Regional do Médio Jequitinhonha-Coquivale foi criada em 2015 e, no dia 27 de julho último, foi realizado um encontro em Cantagalo, onde se referendaram os representantes da Comissão Regional Quilombola do Vale do Alto Rio Doce.

Ainda previsto e em processo de finalização está a atualização das informações e registros das comunidades quilombolas em Minas Gerais, sendo que o resultado deste trabalho se dará com a apresentação de uma publicação física e no site do Cedefes. O projeto contribuiu ainda, e por diversas vezes, com recursos financeiros para deslocamento dos diretores e de lideranças quilombolas participarem de várias atividades políticas e culturais ocorridas em MG e em outros estados.

Nova Diretoria na N'Golo

A eleição da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N´golo aconteceu no dia 19 de junho de 2016 na Fundação Caio Martins - FUCAM, no município de Esmeraldas.

Houve a participação de 92 comunidades quilombolas de várias regiões do Estado, sendo que 08 (oito) delas se retiraram no dia 18 de junho à noite e não puderam participar da eleição.

Para as 84 (oitenta e quatro) que ficaram para eleição, foram apresentadas à duas chapas concorrentes: uma encabeçada por Jesus Rosário Araújo, do Quilombo Indaiá, município de Antônio Dias, região do Rio Doce e a outra por Isaias Nascimento, do quilombo Praia, Matias Cardoso, região Norte.

Todo o processo foi conduzido pelos representantes do Ministério Público Estadual/ Coordenação de Inclusão Mobilização Social-MPMG/ CIMOS, através dos senhores Marcelo Vilarino e Cézar Moreno, respectivamente.

Cada comunidade teve direito a um voto e a contagem final ficou da seguinte forma 76 (setenta e seis votos) para Jesus Rosário Araújo e 08 (oito) para Isaias Nascimento.

Relação de Diretores da Federação Quilombola 2016/2019

Nome: Jesus Rosário Araújo
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Edna Correia de Oliveira
Cargos: Vice-Diretora Presidente e Suplente Comissão de Ética

Nome: Josiane Maria Pascoal de Moura
Cargo: Diretora Administrativa e Suplente Comissão de Ética

Nome: Maria das Graças Epifânio da Silva
Cargo: Vice-Diretora Administrativa

Nome: Sandra Maria da Silva Andrade
Cargo: Diretora Financeira

Nome: Gilberto Coelho de Carvalho
Cargo: Vice-Diretor Financeiro e Titular Comissão de Ética

Nome: Dermita Cardoso dos Santos
Cargo: Diretora de Educação, Política, Formação e Comunicação

Nome: Maria dos Anjos Lopes dos Santos Soares
Cargo: Vice-Diretora de Educação, Política, Formação e Comunicação

Nome: Maurício Moreira dos Santos
Cargo: Diretor de Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos

Nome: Andreia Azevedo Crivaro Moreira
Cargo: Vice-Diretora de Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos

Nome: Tania Aparecida da Silva Oliveira
Cargo: Diretora de Etnodesenvolvimento Sustentável

Nome: Adão Aloísio Araújo
Cargo: Vice-Diretor de Etnodesenvolvimento Sustentável

Nome: Alessandro Borges de Araújo
Cargo: Diretor de Cultura

Nome: Adeliane Margarida da Silva
Cargo: Vice-Diretora de Cultura e Titular Comissão de Ética

Nome: Ruteneia Teles
Cargo: Titular Conselho Fiscal

Nome: Rodrigo Pereira Nobre
Cargo: Suplente Conselho Fiscal

Nome: Amadeu Antônio da Silva
Cargo: Titular Conselho Fiscal

Nome: Valdei Paulo Martins dos Santos
Cargo: Suplente Conselho Fiscal

Nome: João da Cruz Bispo de Souza
Cargo: Titular Conselho Fiscal

Nome: Maria Eunice de Souza Franco
Cargo: Suplente Conselho Fiscal

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxixó

Foto: Reunião para apresentação do Relatório PGTA Kaxixó, no Cedefes.

Por meio do Acordo de Subvenção celebrado entre o CEDEFES, FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); e sob a supervisão técnica do ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza), o povo Kaxixó elaborou, no período de novembro de 2015 a agosto de 2016, um Plano de Gestão Territorial e Ambiental da sua terra. Estruturado em três eixos temáticos: socioambiental, sociocultural e socioeconômico, o PGTA da terra indígena (TI) Kaxixó apresenta dados diagnósticos e propostas de ações que têm como objetivo promover o fortalecimento do processo de regularização fundiária e a conservação do bioma Cerrado na TI Kaxixó. Na busca por parcerias para execução de seu plano de gestão, o CEDEFES se configurará como um importante apoiador e articulador desse povo indígena que luta pela garantia de seus direitos e pela promoção da conservação ambiental do Cerrado brasileiro.

Cedefes recebe estagiários de biblioteconomia

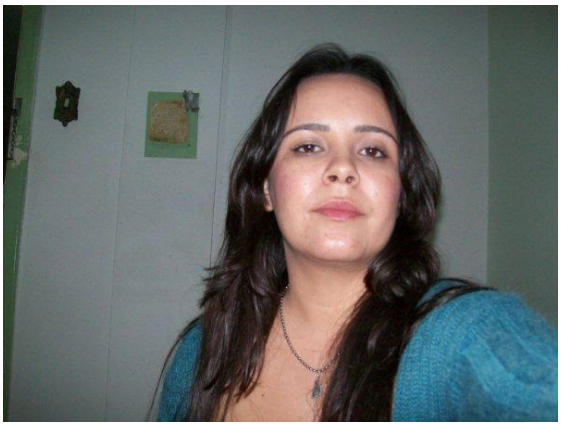


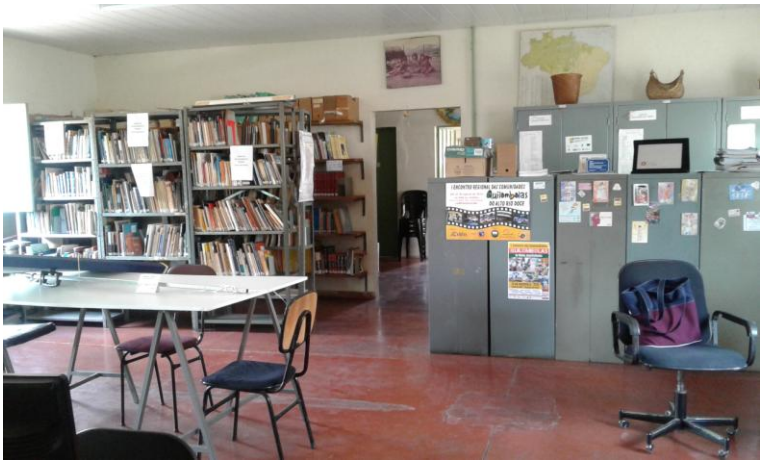
Foto: Pétalah Lotti – estudante de biblioteconomia. Está fazendo estágio obrigatório do seu curso no Cedefes.

O Cedefes possui um grande acervo bibliográfico (livros, documentários, cartazes, etc) sobre movimentos populares, que é coletado desde 1985 mas que ainda carece de tratamento técnico e especializado para que possa ser organizado e disponibilizado integralmente ao público para consulta e acesso. Sabemos que os editais para tratamento e conservação de acervo são escassos e hoje, o Cedefes conta apenas com o apoio temporário de dois parceiros financiadores (Fundo Estadual de Cultura – FEC e MZF) para a gestão e tratamento parcial do acervo. A pouca disponibilidade de recursos é um grande entrave para a documentação uma vez que a organização acontece de forma parcial e lenta. Nesse sentido, desde agosto, o Cedefes abriu suas portas para alunos acadêmicos do curso de biblioteconomia, matriculados no oitavo período e em fase de estágio obrigatório. A idéia é contribuir para a formação desses alunos através do acesso a um acervo rico e necessitado de tratamento biblioteconômico e, por outro lado, se beneficiar das suas intervenções técnicas. Assim, de agosto até dezembro 2016, a aluna Pétalah Lotti, do curso de Biblioteconomia da UFMG, fará seu estágio obrigatório no Cedefes e tem por missão elaborar e executar um plano de atividades para melhorar a classificação atual adotada no acervo bibliográfico.

Adeus site velho

O site do Cedefes (www.cedefes.org.br) é uma ferramenta de comunicação muito importante e que funciona como um banco de dados valioso de imagens e notícias sobre os movimentos populares no Brasil e sobretudo em Minas Gerais. Contudo, desde outubro de 2015 o site não aceita atualização porque a sua linguagem de programação tornou-se obsoleta e não dialoga com a nova tecnologia usada.
Para tanto, com o apoio de alguns parceiros financiadores, o novo site do Cedefes está sendo construído e a previsão é de que até o final deste ano seja publicado. Estamos que é ansiedade pura!

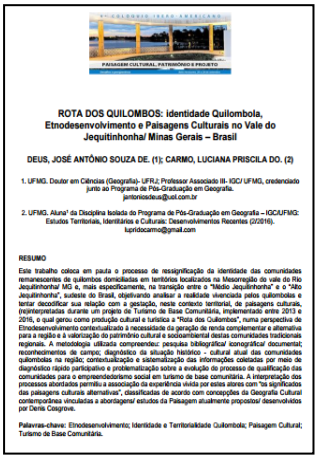
Mudança de layout



Desde que o Cedefes iniciou o tratamento parcial dos livros (a partir de fevereiro deste ano e possibilitado pelo projeto do Fundo Estadual de Cultura – FEC), demandas variadas tem sido elencadas no setor de documentação, de modo que as mais urgentes, mesmo não contempladas no projeto FEC, precisam ser executadas. Uma delas é a adequação do nosso espaço às atividades desempenhadas. E para isso, é fundamental uma mudança do layout atual dos móveis. O Cedefes é um espaço vivo, que contempla diversos eventos e reuniões com o público alvo e beneficiário, no entanto, também é uma biblioteca especializada e como tal, deve integrar de maneira funcional e da melhor forma possível essas duas propostas num mesmo ambiente. Nesse sentido, já estamos trabalhando para construir uma proposta uma nova proposta de layout dos móveis, que torne o Cedefes um espaço harmônico para o ambiente de biblioteca e de centro de documentação. A nova proposta já está em andamento e estamos planejando que até o fim deste ano possamos colocá-la em ação. Provavelmente será necessário uma força tarefa para mudar tudo de lugar. Então para quem puder nos ajudar nessa missão, favor nos enviar um email.

Sócia do Cedefes apresenta artigo sobre Rota dos Quilombos

A nossa amiga e sócia do Cedefes Luciana P. Carmo, a Lupri, apresentou no dia 28/09/2016 na UFMG, durante o 4º Colóquio Ibero Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, o artigo ROTA DOS QUILOMBOS: identidade Quilombola, Etnodesenvolvimento e Paisagens Culturais no Vale do Jequitinhonha/ Minas Gerais – Brasil. Luciana é turismóloga (Bacharel em Turismo) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2007) e uma das idealizadoras e integrantes da equipe do Projeto "Agentes Quilombolas Socioambientais: O Turismo como Geração de Renda Alternativa no Médio Jequitinhonha" desenvolvido pelo Cedefes, com apoio do Instituto Oi Futuro entre 2011 e 2015 e coordenado pela Historiadora Agda Marina Ferreira Moreira, nos municípios de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas, no Médio Jequitinhonha/MG. Este projeto resultou, entre 2013 e 2015, no produto turístico "Rota dos Quilombos".



PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO

ROTA DOS QUILOMBOS: identidade Quilombola, Etnodesenvolvimento e Paisagens Culturais no Vale do Jequitinhonha/ Minas Gerais – Brasil

DEUS, JOSÉ ANTÔNIO SOUZA DE. (1); CARMO, LUCIANA PRISCILA DO. (2)

1. UFMG. Doutor em Ciências (Geografia)- UFRJ; Professor Associado III- IGC/ UFMG, credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. jantoniosdeus@uol.com.br

2. UFMG. Aluna* da Disciplina isolada do Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGC/UFMG: Estudos Territoriais, Identitários e Culturais: Desenvolvimentos Recentes (2/2016). lupridocarmo@gmail.com

RESUMO

Este trabalho coloca em pauta o processo de ressignificação da identidade das comunidades remanescentes de quilombos domiciliadas em territórios localizados na Mesorregião do vale do Rio Jequitinhonha/ MG e, mais especificamente, na transição entre o "Médio Jequitinhonha" e o "Alto Jequitinhonha", sudeste do Brasil, objetivando analisar a realidade vivenciada pelos quilombolas e tentar decodificar sua relação com a gestação, neste contexto territorial, de paisagens culturais, (re)interpretadas durante um projeto de Turismo de Base Comunitária, implementado entre 2013 e 2016, o qual gerou como produção cultural e turística a "Rota dos Quilombos", numa perspectiva de Etnodesenvolvimento contextualizado à necessidade da geração de renda complementar e alternativa para a região e à valorização do patrimônio cultural e socioambiental destas comunidades tradicionais regionais. A metodologia utilizada compreendeu: pesquisa bibliográfica/ iconográfica/ documental; reconhecimentos de campo; diagnóstico da situação histórico - cultural atual das comunidades quilombolas na região; contextualização e sistematização das informações coletadas por meio de diagnóstico rápido participativo e problematização sobre a evolução do processo de qualificação das comunidades para o empreendedorismo social em turismo de base comunitária. A interpretação dos processos abordados permitiu a associação da experiência vivida por estes atores com "os significados das paisagens culturais alternativas", classificadas de acordo com concepções da Geografia Cultural contemporânea vinculadas a abordagens/ estudos da Paisagem atualmente propostos/ desenvolvidos por Denis Cosgrove.

Palavras-chave: Etnodesenvolvimento; Identidade e Territorialidade Quilombola; Paisagem Cultural; Turismo de Base Comunitária.

Leda M. B. Castro - sócia CEDEFES

Conjuntura Política Brasileira

Governo Temer articula grande golpe contra os trabalhadores do Brasil, os pobres e as futuras gerações do País

Com grande parte dos brasileiros atordoados com a velocidade da crise política, os efeitos nefastos da crise econômica e entorpecidos pelas drogas diárias de um noticiário contaminado pelo mais brutal viés ideológico conservador, o governo golpista de Michel Temer vem trabalhando celeremente, para aprovar num legislativo conservador e dominado por interesses da pequena política, um conjunto de leis que se aprovadas na íntegra das propostas terão nefastas consequências para a maior parte da população, muito especialmente, as classes trabalhadoras, os pobres e as futuras gerações, comprometendo um futuro menos desigual e violento para a sociedade brasileira.

Não podemos nos calar, não podemos ficar de braços cruzados! Temos que combater essas propostas que mostram a cara verdadeira do golpe parlamentar-jurídico-midiático que neste ano de 2016, depôs Dilma Roussef, a presidenta legítima do país. O primeiro passo desta luta é conhecermos melhor o teor das propostas ora em discussão para não nos deixarmos enganar pela mídia parcial e partidarizada, que todos os dias, trabalha para 'fazer as nossas cabeças'.

O governo já conseguiu passar na Câmara Federal, em dois turnos, uma emenda constitucional, a 241/2016 que prevê o congelamento, em termos reais, dos gastos públicos por 20 anos, que terá um impacto devastador nos gastos sociais, na saúde e educação pública do Brasil. E negocia a reforma da previdência social que prevê um aumento da idade mínima para a aposentadoria, do tempo de contribuição e uma reforma trabalhista que praticamente acaba com a legislação em vigor, baseada na CLT e permite a terceirização das atividades fins das empresas.

O gabinete da deputada estadual Marilia Campos preparou um material muito oportuno, simples e claro, sobre os principais pontos do plano Temer para a saúde, educação, previdência e CLT, que julgo importante para a mais ampla divulgação e discussão entre os leitores e o público alvo do CEDEFES.

Sobre os efeitos da PEC 241/2016:

1) Congelamento dos gastos públicos, em termos reais, por 20 anos significa que as despesas públicas só possam crescer essas duas décadas, na proporção da inflação do ano anterior. Se o país voltar a crescer, o PIB-produto interno bruto- crescerá, mas os gastos sociais não crescerão proporcionalmente a este crescimento pois estarão atrelados à inflação do ano anterior. Já as despesas financeiras, os gastos com os juros, que remuneram os rentistas, não estarão limitados pela inflação e continuarão com uma gorda remuneração real, mantida com um superávit primário elevado.

2) Acabar com as vinculações constitucionais para os gastos com saúde e educação, aplicando o chamado orçamento base zero. Atualmente, a União é obrigada a aplicar na saúde ao menos o mesmo valor do ano anterior mais o percentual de variação do PIB. Estados e municípios precisam investir 12% e 15%, respectivamente. Na educação, o governo federal deve gastar 18% do arrecadado e as outras esferas, 25%. Temer quer acabar com estas vinculações!

3) No período entre 2006 e 2015, os gastos com a saúde pública passaram de 40,6 bilhões de reais para 102,1 bilhões, ou 52% acima da inflação do período. Se a regra do Temer acima estivesse em vigor nesse período, os gastos teriam passado de 40,6 bilhões em 2006 para 65,2 bilhões em 2015. Pela regra do Temer, o Brasil teria em 2015 investido 36,9 bilhões de reais a menos em saúde! Se o SUS hoje enfrenta dificuldades, com o plano Temer a perspectiva para o SUS é de caos e colapso!

4) Os gastos efetivos com a educação em 2015 foram da ordem de 103,8 bilhões de reais, um grande avanço em relação aos 19,7 bilhões gastos

em 2006. Pela regra anti-social da PEC do Temer, o valor em 2015 seria de apenas 31,5 bilhões de reais: 70% menor do que o feito por Dilma em 2015, um ano já conturbado pela crise política e econômica! A educação pública terá grandes retrocessos.
5) Os salários dos servidores federais, sobretudo as categorias mais frágeis, serão arrochados de forma absurda: pois outras despesas não salariais do serviços público, como novas aposentadorias, substituição de pessoal, capitalização da previdência, etc, poderão consumir a maior parte do aumento de despesas até o índice inflacionário do ano anterior.
6) Redução radical do embrionário Estado de Bem Estar Social: o blogue Dinheiro Público fez um estudo em que mostrou que os gastos públicos primários com políticas sociais - saúde, educação, previdência, assistência social e trabalho- subiram em 10 anos, de 2005 a 2015, 93% acima da inflação, atingindo 1,16 trilhões de reais em 2015. Se aplicada a regra Temer, este valor ficaria em apenas 600,7 bilhões de reais!

Dadas as dificuldades de implantação da emenda do teto para os gastos públicos, uma vez aprovada pelo congresso em dois turnos de votação na câmara e no senado, por questões técnicas de despesas constitucionais não previsíveis e pelo protesto popular, a 'esperteza' do governo é primeiro aprovar a PEC 241 colocando uma trava 'constitucional' no orçamento e depois colocar o congresso diante do inevitável: ou aprova reformas restritirivas dos direitos sociais na previdência, na legislação trabalhistas e nos gastos sociais, ou inviabiliza a execução do orçamento federal como aprovou. É por isto que se diz que a PEC 241 é como 'instalar o teto antes da casa'.

Sobre a proposta de reforma da Previdência Social:

É longa a lista de mudanças regressivas propostas pelo Temer:
1) Aposentadoria aos 65 a 70 anos para quem tem até 50 anos de idade e para os novos trabalhadores;
2) Mulheres e professores terão também que trabalhar até os 65-70 anos de idade;
3) Regra de transição para os/as trabalhadores/ras com mais de 50 anos de idade com pedágio de 50% sobre o tempo faltante para a aposentadoria quando a reforma for promulgada;
4) Pensão reduzida para 60% da remuneração mais 10% por dependente até no máximo 100%;
5) Fim ou restrição severa do acúmulo de aposentadoria e pensão;
6) A aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais: idade de 65 anos para homens e mulheres e fixação de uma contribuição mensal em substituição à contribuição sobre a produção;
7) A aposentadoria por idade para trabalhadores urbanos passaria a ser assim: idade mínima de 65 a 70 anos para homens e mulheres e aumento do tempo de contribuição de 15 para 20 anos;
8) Restrição das aposentadorias especiais, de pessoas com deficiência e trabalhadores em atividades insalubres, com redução do diferencial de idade e do tempo de contribuição em relação aos demais trabalhadores;
9) Arrocho no cálculo da aposentadoria por invalidez: 60% mais 1% por ano de contribuição;
10) Restrições à concessão do Benefício da LOAS, com aumento de idade, elevação do critério da renda máxima para se ter acesso ao benefício e redução para meio salário mínimo;
11) Fim do reajuste anual 'cheio' para aposentados e pensionistas do INSS, podendo o reajuste ser inferior à inflação e até zero;
12) Reconhecimento do direito adquirido para quem já está em gozo de benefícios ou já completou as condições para a aposentadoria na data da promulgação da reforma da previdência.

A reforma da previdência valerá também para os servidores públicos: A eles também se aplicará a regra da aposentadoria aos 65 a 70 anos aos servidores com menos de 50 anos e aos novos; terão direito a uma regra de pedágio os servidores com mais de 50 anos; As demais propostas de mudanças na pensão, aposentadorias especiais, por invalidez, etc também valerão para os funcionários públicos.

Sobre a reforma trabalhista defendida pelo governo Temer:
1) Praticamente, acaba com a legislação baseada na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assinado feita por Getúlio Vargas). O governo pretende 'modernizar' e 'atualizar' a legislação trabalhista pois, junto com os empresários considera que os salários e os encargos sociais do trabalho são muito 'elevados' e por isto inviabilizam os lucros e os investimentos das empresas. Hoje, com a CLT em vigor e a fórmula de aumento anual do salário mínimo adotada desde o governo Lula, o salário mínimo é de 880 reais e o salário médio dos trabalhadores é de 2000 reais! A ideia é fazer prevalecer 'o negociado' sobre o 'legislado' exatamente quando a crise econômica enfraquece os trabalhadores e suas organizações!

2) Amplia a terceirização da força de trabalho para as atividades fim das empresas e não apenas para as secundárias ou acessórias como hoje. Isto pode levar a uma demissão em massa nas empresas que vão substituir trabalhadores diretos, contratados via CLT, por trabalhadores terceirizados, contratados por empresas prestadoras de serviços, com menores salários e menos direitos trabalhistas, em situação muito mais precária! A luta deve ser pela garantia dos direitos dos trabalhadores regulares e pela regulamentação e maiores garantias para os atuais 12 milhões de trabalhadores já terceirizados!

3) O governo também quer extinguir o abono salarial e dificultar as regras de acesso ao seguro desemprego!

As 'reformas' ultra neoliberais propostas pelo governo golpista e seus aliados no congresso nacional serão uma temeridade para as classes trabalhadoras, as classes médias e todo o povo pobre do Brasil!

Vamos à luta contra este desastre!

Leda M.B.Castro, outubro 2016.

Pablo M. Camargo - sócio CEDEFES

Conjuntura sobre a Política Indigenista

Povos Indígenas 2016 – desesperança e perspectivas... mas a utopia está logo ali

A conjuntura política em relação a Política Indigenista em 2016 está nebulosa, confusa e inerte.
Nebulosa, confusa e inerte como a situação econômica e política brasileira após o processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff. A democracia brasileira, que está ferida e confusa com os últimos acontecimentos políticos, padece juntamente do direito indígena ao seu território, as políticas do respeito às diferenças étnicas e aos direitos universais.
Durante o período dos Governos de Dilma, a questão indígena não avançou, pelo contrário, a violência aumentou, as demarcações territoriais foram pouquíssimas, e em sua grande totalidade, na Amazônia Legal. No resto do Brasil, onde a população indígena é muito grande e as demandas pelos direitos territoriais também, não avançaram quase nada.
As políticas sociais pouco progrediram, sendo que as demandas para motivar e apoiar as práticas de etnodesenvolvimento se resumem a entrega de sementes e de pouquíssimos projetos produtivos que não conseguem assegurar o mínimo de segurança alimentar, hídrica ou econômica.
Houve a PNGATI, (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas), mas o sucateamento da FUNAI e de demais órgãos responsáveis pela política indigenista se mantém em um ritmo constante, impedindo que a Lei seja efetivada em sua plenitude.
A violência gerada pela pressão do agronegócio nos territórios demarcados, em processo e nas terras tradicionais não demarcadas e pleiteadas por indígenas aumentaram consideravelmente. O Corte no orçamento para o ano de 2017 vai ser o maior já anunciado e efetivado desde que a FUNAI existe...
Ou seja... Socorro!!!!
Mas como os próprios indígenas, resistentes e sobreviventes a massacres, a ideologias, a violências físicas e simbólicas, a política indigenista resiste!
Há um horizonte e o caminho até ele é difícil e tortuoso, com pitadas de desesperança e violência. Há uma criança indígena que nasceu cheia de vida, cheia de cultura e com uma história milenar de resistência. E é por esta criança e outras que nascerão é que precisamos caminhar para o sentido da utopia de um mundo onde o respeito ao diferente, as cosmovisões dos Povos Indígenas sejam respeitadas e resguardada pelo Estado, pela sociedade.
Avante!!!!!

Pablo Matos Camargo, outubro 2016.

Jesus Rosário Araújo - sócio CEDEFES e presidente N'Golo

Conjuntura Política atual e as Comunidades Quilombolas

A situação política das comunidades quilombolas não difere muito de quase todo cenário nacional, principalmente dos grupos que vinham de uma ilusão de desenvolvimento social e racial, vivenciada, sobretudo, pelos avanços "conquistados" na última década.

Digo "conquistados" porque chegamos a acreditar na possibilidade de uma reparação de todas as maldades que a população negra do Brasil sofreu ao longo dos séculos. Minas Gerais em partircular, tem sua história de conservadorismo e opressão com esse povo. Somos um dos estados brasileiros que mais demandou mão de obra escrava para o sustento de uma classe que ainda continua dominando política e financeiramente esse estado que não nos reconhece como povo de direito.

Os avanços com o Decreto 4887/03, Convenção 169/OIT, Lei 10639/03, a lei de Cotas, o Bolsa Permanência dentre outras, nos fizeram acreditar que dias melhores viriam. Pensamos que estávamos longe da democracia racial idealizada, mas bem perto da equidade que tanto lutamos para conseguir. Somos mais de 600 comunidades em Minas Gerais e não há nenhuma com direito garantido de fato. Nenhuma comunidade acessou o seu território, sua independência financeira e várias continuam invisíveis. Não avançamos com o avanço do Brasil e pior, corremos o risco de regredir mesmo conseguindo eleger em Minas um governo do qual pensamos que daria ênfase a causa social. Os acordos de desenvolvimento estadista e as coligações políticas estão muito além dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Numa reflexão mais profunda, não podemos dizer que essa nova conjuntura é um retrocesso na política quilombola em Minas Gerais. Mesmo nos tempo de pleno vapor de implementação das políticas de reparação não conseguimos fazer com que o nosso estado aderisse a legislação de modo que os benefícios chegassem até as comunidades. Não se pode dizer que houve retrocesso naquilo que nunca teve. Sendo assim, penso que a luta continua, com o diferencial de que os direitos que estão sendo ameaçados pelos conspiradores políticos, amparados pelo empresariado e a grande mídia, diz respeito a um grupo bem maior do que a população quilombola.

É uma batalha de opressores e oprimidos sem precedentes na nossa história. Temos que unir nossas forças para combater o inimigo comum.

Axé.

Jesus Rosário Araújo, outubro 2016.

Projetos em curso 2016

Financiador	Projeto	Objetivo	Duração
MISEREOR	Reivindicação e aplicação de direitos civis, sociais, econômicos, culturais e territoriais em comunidades de quilombos de MG (Quilombos Gerais IV)	Formação de lideranças quilombolas, identificação e atualização de informações sobre comunidades quilombolas de MG para revisão de publicação feita pelo Cedefes.	01/08/2013 a 31/12/2016
IAF FoundationInter-American	Levantamento de cadeias produtivas das comunidades quilombolas do Rio Doce – Projeto de Planejamento.	Estudo das potencialidades produtivas em cerca de 20comunidades quilombolas do Alto Rio Doce para elaboração de projeto produtivo de intervenção	11/2014 a 05/2017
MZF Missionszentrale Der Franziskaner	Memória coletiva: Cidadania, acesso à informação e divulgação das lutas das comunidades tradicionais de Minas Gerais.	Ações referentes à documentação do Cedefes	12/2014 a 12/2016
KMB KatholischeMännerbewegung	Apoio Institucional	Apoio à infraestrutura e pagamento do técnico administrativo	02/2016 a 01/2017
FUNAI/PNUD	PGTA da TI Kaxixó / Martinho Campos e Pompeu	Construção do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Kaxixó	07/2015 a 09/2016
FEC 2015 Fundo Estadual de Cultura - Governo do Estado de Minas Gerais	Projeto"Organização de acervo bibliográfico sobre indígenas e quilombolas em MG"	Organização (catalogação, indexação e classificação) e disponibilização parcial do acervo bibliográfico do CEDEFES, aquisição de publicações recentes e relevantes, manutenção e atualização dos canais de informação do CEDEFES: portal da entidade e reedição do boletim Agenda Popular, em versão online.	02/2016 a 02/2017

*O projeto financiado pela MISEREORtem previsão de ser renovado por mais 3 anos – 2017 a 2019;
* O projeto financiado pela MZF encerra em 12/2016, com possibilidade de renovação para 2017.

Projetos Elaborados

Financiador	Projeto	Objetivo	Envio
FEC 2016 Fundo Estadual de Cultura – Governo do Estado de Minas Gerais	Projeto "Organização e preservação de acervo sobre movimentos populares em MG "	Criação de um banco de dados digital de cartazes e mapas e a conversão de mídia de vídeos documentários e educativos (VHS para DVD); todos abordando questões sobre as lutas desses povos pelo direito à cidadania.	Setembro 2016 (aguardando processo de seleção)
Cooperaccion Iberoamericana (Iberarchivos – Programa ADAI)	Digitalização parcial de acervo sobre movimentos populares em Minas Gerais: indígenas e afrodescendentes	O projeto visa digitalizar parcialmente o acervo de cartazes e atualizar o suporte de mídia (VHS para DVD) do acervo de vídeos documentários, ambos abordando a temática das lutas sociais por direitos dos povos indígenas, afrodescendentes, trabalhadores do campo, além de questões ligadas à cidadania desses povos.	Outubro 2016 (aguardando processo de seleção)

27 de outubro

1ª Roda de Conversa sobre Conjuntura Política Brasileira

Local: Cedefes
Horário: 18:30hs

13 a 20 de novembro

Canjerê – 2º Festival de Cultura Quilombola de Minas Gerais
Dos dias 13 a 17 acontecerão oficinas, debates e mesas. No dia 18 será a chegada das comunidades para a feira, levantamento do mastro (Bandeira), apresentações culturais e o cortejo.

Local: Praça da Liberdade

Foi um ano de luta, muita luta!
Foi um ano de perda, muitas perdas... da democracia, inclusive!
Que o nascimento do menino Jesus traga luz em tempos sombrios e força para acreditarmos em um mundo melhor e mais igual, sem que isso seja utópico.
Que a sabedoria seja o guia de tantos povos marginalizados de seus direitos e, que a exemplo de Maria, José e Jesus possamos resistir às adversidades.
Que o natal renove em nós a compaixão e a caridade pelo próximo e que em 2017 sejamos renovados em fé e coragem para continuar lutando por um governo que não massacre seu povo.

É o que o CEDEFES deseja a todos os povos. 2017 será melhor!!!

FELIZ NATAL E

PRÓSPERO ANO NOVO!

Foto: CEBs

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

Rua Demétrio Ribeiro, 195, Bairro Vera Cruz,
Belo Horizonte/MG - CEP : 30.285-680,
Tel: (31) 3224-7659
Cel (31) 98647-4821
E-mail: cedefes@cedefes.org.br
Site: www.cedefes.org.br

Visite o facebook e site do Cedefes:

EXPEDIENTE:

Redação: Ana Paula de Oliveira, Benedito Luiz Domingos, Jesus Rosário Araújo, Regina Campos, Rosana Cristina de Avelar, Vanessa Alvarenga Caldeira, Pablo M. Camargo, Leda Maria Benevello de Castro

Revisão e Diagramação: Ana Paula de Oliveira

Apoio Técnico: Soraya Regina Fideles

APOIO: